

----- ATA Nº 4 -----

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó, sito na Alameda do Mosteiro, a Assembleia de Freguesia reuniu em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Leitura, discussão e votação da ata da última reunião -----
2. Período de antes da ordem do dia -----
3. Período de intervenção do público -----
4. Período da Ordem do Dia -----
 - 4.1. Discussão e Votação da 1ª revisão Orçamental/2022, com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2021. -----
 - 4.2. Discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021. -----
 - 4.3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----
 - 4.4. Discussão e Votação – Auto de Transferência entre o Município de Vila Nova de Gaia e a União de Freguesias de Grijó e Sermonde. -----
 - 4.5. Apreciação do Relatório de Avaliação 2021, relativo ao Estatuto do Direito de Oposição. -----
 - 4.6. Ratificação de Protocolos: -----
 - 4.6.1. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Obras de Manutenção da Rua das Cruzes.
 - 4.6.2. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Obras de Manutenção da Rua da Guarda e Rua da Relva. -----
 - 4.6.3. Acordo de Colaboração – Apoio para Aluguer de Tenda (Eleições Legislativas). -----
 - 4.7. Autorizar a alienação de terrenos sitos na Rua das Ribeiras, Rua do Forno e Rua dos Agros. Artigos matriciais: 2920; 2927; 2904. -----
5. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS) – José Domingos Gonçalves Correia, Sérgio Rui Teixeira Gomes, Cristina Oliveira Gomes, Paulo Jorge Barros Neves, em substituição de José

67

Manuel de Almeida Couto, ausente por motivos de doença, Pedro Miguel Oliveira Moura, em substituição de Filipa Nunes Lopes Moura, Joaquim Ulisses Pereira Oliveira, em substituição de José Carlos da Costa Ferreira, Susana Alexandra Moreira Alves de Sousa, em substituição de André Miguel de Sousa Ramos, e Joana Alexandra de Sousa e Silva, em substituição de Sofia Ferreira Dias de Almeida. -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD) – Jorge Filipe Gomes Castro, Maurício Ramiro Ferreira Santos, Zélia Maria Oliveira Pereira Castro e Manuel Joaquim de Sousa Félix. ---

Pelo Centro Democrático e social (CDS) - Joaquim Aureliano Cavadas André Oliveira. ----

Pelo executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves, Maria João Costa, Gil Manuel Camarinha Costa e Manuel Quintas Sanhudo. -----

Abertos os trabalhos, a Sr.ª Presidente da Assembleia, em exercício, Cristina Oliveira Gomes, convidou as senhoras deputadas Joana Alexandra de Sousa e Silva e Susana Alexandra Moreira Alves de Sousa a integrar a Mesa, a fim de preencher os dois lugares deixados em aberto, pela ausência, justificada, quer do Sr. Presidente da Assembleia, por doença, quer da Sr.ª 1ª Secretária, por motivos de trabalho. -----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, procedeu-se à leitura da Ata n.º 3, referente à reunião do dia 16 de dezembro de 2021. Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. deputado Joaquim Aureliano começou por apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Rolando Alves Barros. De seguida alertou para a necessidade de reparação de vários arruamentos: problemas de iluminação e arranjo da Rua da Regedoura, na fronteira com a Freguesia de Nogueira da Regedoura, onde o piso se encontra com buracos, sendo uma curva e estrada com desnível, tornando-se perigoso para peões e veículos. Na Rua da Guarda, junto ao cruzamento com a Rua da Fonte Branca, o piso abateu devido à instalação do saneamento, pelo que, era necessário regularizar o piso. Na Rua Póvoa de Cima (junto ao teatro), é necessário proceder à reparação dos buracos, porque com a chuva o alcatrão sai com facilidade. Na Travessa dos Canaviais, junto ao Rio dos Bois existe um desnível e um cano sem proteção, pois, era necessário verificar a situação. Relativamente à árvore do Largo da Associação, alertou para a necessidade de poda, porque os ramos estão entrelaçados nos cabos elétricos. Quanto ao Largo da Sr.ª da Graça, perguntou para quando estava previsto o

arranjo urbanístico, assim como, para quando estava prevista a construção do Centro de Saúde. Em relação ao MetroBus, perguntou se iria ser celebrado novo protocolo, para utilização de forma gratuita. -----

Intervindo, o Sr. deputado Jorge Castro começou por apresentar dois votos de pesar: um pelo falecimento do Sr. Manuel Rodrigues dos Santos, antigo presidente da Junta de Freguesia de Grijó; outro pelo falecimento da Sr.ª D.ª. Maria José Oliveira Costa, mãe da senhora deputada Zélia Castro. -----

De seguida, apresentou uma proposta de recomendação referente à viabilidade para análise da aquisição de um terreno para a construção de um segundo cemitério. Perguntou ainda qual o motivo do corte das árvores, junto à entrada da Alameda do Mosteiro. Referiu que era necessário proceder à manutenção do espaço onde se encontram umas sebes na Póvoa, para quem se dirige da pastelaria para a Rua do Paião, uma vez que impedem a visibilidade. Relativamente ao espaço nas traseiras da capela de Stº António, perguntou se era feita manutenção, pois o piso estava cheio de musgo e verdete e os bancos estavam partidos. Quanto ao tanque da Carioca, alertou para o facto de ser necessário proceder à sua limpeza, pois estava com terra, rancas de árvores e acumulava água que deixava muito mau cheiro. Em relação ao TGV, perguntou se já havia esclarecimentos sobre a sua passagem, uma vez que a zona da Póvoa era a mais afetada. -----

De seguida, usou da palavra o Sr. deputado Joaquim Félix, que alertou para a necessidade de corte das sardinheiras na Rua do Bagaço e da poda dos arbustos e sobreiros no Parque Desportivo de Sermonde. Reforçou o pedido de reparação de tampas na Rua da Guarda, frente ao Auto-Marques e ao Parque Residencial de Stº António. Quanto ao Bairro da Cancela, em Sermonde, perguntou se a Junta de Freguesia, em parceria com a Câmara Municipal poderia melhorar aquele empreendimento, dando como exemplo a instalação de estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida e rampas de acesso ao Bairro. Referiu ainda a possibilidade de isenção de pagamento de condomínio por parte dos inquilinos, considerando que a Junta não tem apoiado aquele Bairro. Em relação ao encerramento do aterro sanitário perguntou se houve algum tipo de acompanhamento ou reunião sobre este assunto. -----

O Sr. deputado Maurício Santos usou da palavra para alertar a Junta de Freguesia quanto à necessidade de intervenção na Rua da Relva, mais precisamente na curva onde depositam muito lixo, pois o arvoredado encontra-se sobre a rua e pode causar acidentes. Quanto à Trav.

dos Arcos D'Amoreira, referiu que o sinal STOP não era visível, embora estivesse sinalizado no piso, mas seria melhor alterar a localização do sinal. -----

A Sr.ª deputada Zélia Castro interveio para questionar o Sr. Presidente sobre a reparação do cruzeiro do Monte das Cruzes, que havia sido vandalizado. Reconhecendo, de antemão, não ser competência da JF, perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento da situação e se iria, ou não, contribuir, já que é de toda a importância a preservação do património das nossas localidades. -----

Em resposta aos intervenientes, o Sr. Presidente do executivo começou por informar a Sr.ª deputada Zélia Castro que o tipo de património a que se referiu é da responsabilidade da paróquia e, neste caso, o Pároco estava a acompanhar a situação. Tinha conhecimento de que já havia um novo cruzeiro para ser colocado no local. -----

Ao Sr. deputado Maurício Santos, informou que a sinalização no chão foi marcada pelos moradores. No entanto, iria solicitar à Câmara a mudança do sinal. Quanto à Rua da Relva tinha de falar de novo com o proprietário/inquilino da quinta. -----

Em resposta ao Sr. deputado Joaquim Félix, informou que a intervenção nos sobreiros é da responsabilidade dos proprietários e alguns que se encontram com xylella terão de ser abatidos. No entanto, qualquer manutenção em sobreiros carece de autorização e tem de ser solicitada pelos proprietários. Quanto ao Bairro da Cancela, esclareceu que a situação de ausência de rampas já foi falada com o Dr. João e que o espaço para estacionamento de veículos para pessoas com mobilidade reduzida tem de ser solicitado pelos próprios desde que tenham o respetivo dístico. Quanto ao pagamento do condomínio pelos inquilinos, considera que é justo, nem que esse valor seja apenas para pagamento de iluminação e água. O valor das rendas é muito baixo e, mesmo assim, as pessoas não pagam, por isso, devem pagar condomínio. Reforçou, ainda, que tem reunido com várias pessoas daquele Bairro, com grandes dívidas, apoiando na realização de acordo para pagamento dessas dívidas, mas depois as pessoas não cumprem. Neste caso, a Junta já não pode intervir. Quanto ao encerramento do aterro, informou que se estava a levantar a lona para colocar terra para se proceder ao encerramento, pois tem sido um processo progressivo. -----

Em resposta ao Sr. Jorge Castro, informou que o percurso do TGV era o mesmo desde que se começou a falar da passagem do TGV em Gaia. Quanto ao tanque da Carioca, referiu que a Junta limpava os tanques que eram usados e o da Carioca não era usado por ninguém, mas habitualmente a SUMA procedia à sua limpeza. A água depositada no tanque era

causada pelo entupimento do saneamento que, normalmente, se verifica nas Regadas. Quando acontece esta situação as Águas de Gaia vêm limpar. Em relação ao espaço nas traseiras da Capela de Stº António, informou que, como não é possível abater as árvores, estas fazem muita sombra e forma-se o musgo com regularidade. O problema dos bancos partidos está relacionado com o estacionamento abusivo naquele local. Ali só a polícia é que pode intervir, mas se o fizer acaba por prejudicar o comércio local. Quanto á proposta referente à ampliação do cemitério, era necessário que a mesma fosse reformulada porque a Assembleia de Freguesia não tinha competência para fazer aquele tipo de deliberação. Neste caso, o que o Sr. deputado Jorge Castro poderia ter feito era propor à Junta de Freguesia que analisasse a viabilidade de construção de um segundo cemitério, situação que a Junta já se encontra a ponderar. -----

Em resposta ao Sr. deputado Joaquim Aureliano, informou que a reparação da Rua da Guarda estava prevista para finais de maio, inícios de junho. Quanto à iluminação na Rua da Regedoura, já foi solicitada e o Eng. Mota já tinha visitado o local para se inteirar da situação. Em relação à reparação da rua, junto ao teatro da Póvoa, a Junta estava a tentar resolver o problema dos buracos, mas era difícil porque mesmo com a aplicação de alcatrão a quente os buracos voltam a surgir com alguma facilidade. Na Travessa dos Canaviais, o problema era a grelha que estava baixa, mas a Junta iria solicitar à Câmara que a colocasse mais alta. Referindo-se ao Largo Sr.ª Graça, informou que não havia previsão para o início da sua requalificação, uma vez que os valores para a construção aumentaram muito, o que poderia contribuir para o atraso da obra. O mesmo estava a acontecer com a construção do Centro de Saúde. O projeto encontrava-se em execução, mas ainda estava atrasado e a construção poderia também estar condicionada pelo aumento dos preços. Quanto ao MetroBus, não vai ser realizado outro protocolo, e a partir do próximo mês, a sua utilização estará sujeita a pagamento. -----

Usando novamente da palavra, o Sr. deputado Jorge Castro Voltou esclareceu que a proposta apresentada para construção do cemitério seria retificada e apelou para que se fizesse pelo menos a manutenção e limpeza do tanque da Carioca. -----

Reiterando o que havia dito, o Sr. Presidente da junta reforçou que a manutenção era feita nos tanques que têm utilização. -----

De seguida, o Sr. deputado Joaquim Félix questionou se a água do tanque da Ameixeira era potável. -----

Em resposta, o Sr. Presidente informou que as águas dos tanques são improprias para consumos, tanto em Grijó como em Sermonde. Foram colocadas placas com esta informação, mas desapareceram. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Presidente da Assembleia, em exercício, colocou a votação os votos de pesar. Assim, foram aprovados por unanimidade os votos de pesar pelo falecimento dos Srs. Manuel Rodrigues dos Santos e Ricardo Rolando Alves de Barros e pelo falecimento da Sr.^a D. Maria José Oliveira Costa. -----

Foi ainda colocada a votação a proposta apresentada pelo PSD referente à construção do cemitério, com a devida retificação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto três – Período destinado à intervenção do Público, nenhum dos presentes se inscreveu para intervir, pelo que se entrou de imediato no ponto Quatro/Um – Discussão e Votação da Primeira Revisão Orçamental. -----

O Sr. deputado Jorge Castro, no uso da palavra referiu que as verbas adstritas às despesas de capital deveriam ser mesmo investidas nas situações constantes no documento em apreço. -----

De seguida, a Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, em exercício, submeteu a primeira revisão orçamental a votação, a qual foi aprovada com nove votos a favor, por parte do Partido Socialista e do Centro Democrático Social, e quatro abstenções do Partido Social Democrata. -----

Entrando na discussão do ponto Quatro/Dois – Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2021, usou da palavra o Sr. deputado Joaquim Aureliano Oliveira, que procedeu à leitura de um documento onde refere que o seu partido reconhece que o Exercício de 2021 foi condicionado pela pandemia COVID-19, contudo, deveria ter havido mais investimento, mas, por uma questão de coerência com a votação do orçamento, o voto iria no sentido da abstenção. -----

O Sr. deputado Joaquim Félix questionou o Sr. Presidente da Junta sobre onde estava inscrita a verba dos contratos administrativos, referente a compromissos assumidos e não pagos de parques e jardins, executados pela empresa Epopeia, dado que essa verba não aparece refletida nem discriminada nas despesas do controlo da execução orçamental. -----

O Sr. Presidente da Junta informou que, tratando-se de uma questão técnica contabilística, não conseguia informar naquele momento, mas posteriormente daria a resposta. -----

A Sr.^a deputada Zélia Castro usou da palavra para referenciar o Kit Bebê na informação prestada pelo Sr. Presidente, questionando sobre qual a rubrica que suportava esta despesa e se este Kit seria atribuído indiferenciadamente ou se havia critérios definidos. -----

O Sr. Presidente esclareceu que a verba gasta pela Junta de Freguesia neste projeto era insignificante, porque as farmácias que pertencem à rede social ofereceram muitos produtos. Referiu, ainda, que a atribuição é feita a todos as famílias desde que tenham residência em Grijó ou Sermonde. -----

A Sr.^a deputada Zélia Castro considerou que este critério não era suficiente para atribuição do Kit, pois o Estado Social existe para corrigir assimetrias e, desta forma, todos iriam dele usufruir mesmo que tivessem rendimentos elevados. Não considerava justa esta forma de atribuição, que era necessário ser mais criterioso na distribuição. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que a política social da Junta de Freguesia incluía a atribuição de kit's, material escolar e transporte a toda a população. No caso da atribuição do material escolar, permitia corrigir assimetrias entre as crianças, pois nem todos conseguiam comprar material de qualidade e a Junta de Freguesia fazia a distribuição equitativa para todos. -----

Intervindo novamente, a Sr.^a deputada Zélia Castro sublinhou que não discordava da entrega do dito Kit mas, como já tinha referido, não achava correto o critério para a sua atribuição. -----

O Sr. deputado Jorge Castro usou da palavra para fazer referência às contas, questionando a existência de compromissos assumidos e não pagos, sendo que, deste modo, no fecho de contas, o saldo poderia ser negativo. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que os compromissos por pagar referem-se a obras que ainda não estavam terminadas e, por isso, só após a sua conclusão e pagamento é que os compromissos ficariam a zero. Também não se poderia considerar saldo negativo, tendo em conta as obras e serviços realizados, dentro do contexto de pandemia. -----

O Sr. deputado Jorge Castro usou de novo a palavra para relembrar o requerimento que apresentou a solicitar a listagem dos jardins que eram monitorizados pela Junta de Freguesia e que, até à data, não tinha obtido resposta. -----

O Sr. deputado Sérgio Gomes referiu-se ao do Kit Bebê, sublinhando que este era um projeto de incentivo à natalidade, pelo que deveria ser distribuído por todos. Referiu que a Camara Municipal da Feira dava seiscentos euros, dinheiro este que também resultava dos

impostos de todos os contribuintes, daí que não lhe parecia justo que a junta fizesse algum tipo distinção na atribuição dos Kit's em apreço. -----

O Sr. deputado José Domingos também se congratulou com a atribuição dos Kit's e do material escolar, porque deve existir um investimento nas crianças, que são o futuro. Felicitou, ainda, o executivo pelos resultados apresentados na prestação de contas, porque, apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia, o executivo ainda conseguir apresentar obra. -----

O Sr. deputado Maurício Santos, referindo-se ao Kit, reforçou a ideia de que estava em causa o critério de atribuição. A entrega de forma gratuita para todos não era justa, deveria ser reforçado o apoio aos mais necessitados. Esta era a posição da sua bancada, independentemente das opiniões partidárias. -----

Terminada a discussão sobre este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia submeteu os documentos de prestação de contas/2021 a votação, os quais foram aprovados com oito votos a favor, do Partido Socialista, uma Abstenção, do Centro Democrático Social, e quatro votos contra do Partido Social Democrata. -----

Em declaração de voto, o Sr. deputado Jorge Castro disse que o PSD votou contra porque se verificava que, na prestação de contas, havia obrigações por pagar e que a sua execução não respeitava os critérios do Estado Social. São apologistas de outro tipo de gestão e a favor do Estado Social, desde que seja aplicado aos mais carenciados e não a todos, ou seja, que obedeça a critérios justos. -----

Passando ao ponto Quatro/Três – Apreciação do Inventário –, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que apresentava o documento na sua totalidade porque se estava no início de mandato e assim todos os membros da Assembleia ficariam com o documento completo. -- Não se verificando qualquer intervenção, a Sr^a Presidente da Assembleia de Freguesia, em exercício, passou ao ponto Quatro/Quatro – Auto de Transferência entre o Município de Vila Nova de Gaia e União de Freguesias. -----

Em nota prévia à discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que este documento veio a discussão e votação da Assembleia de Freguesia porque se tratava das transferências das verbas da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, sem as quais não seria possível manter o funcionamento da Junta de Freguesia. -----

O Sr. deputado Joaquim Aureliano interveio no sentido de alertar para algumas questões referenciadas no documento, referindo, designadamente, que o acordo de transferência de

competências da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para a União de Freguesias de Grijó e Sermonde prevê que haja uma atualização de verbas, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de dezembro de 2021. Sublinhou que, embora esta situação esteja, em princípio, acautelada pela cláusula 15.ª, importa manter uma monitorização efetiva dos recursos financeiros afetos à execução deste acordo, sob pena de não ser possível assegurar as competências assumidas, com reais prejuízos para a União de freguesias. -----

O Sr. deputado Jorge Castro referiu que as verbas a receber também deveriam ser aplicadas na limpeza das sarjetas, em devido tempo, para que não ficasse tudo obstruído com as primeiras chuvas de inverno. -----

O Sr. Presidente da Junta sublinhou a necessidade da aprovação do Auto de Transferência, caso contrário, estaria em causa a sobrevivência da Junta de Freguesia. Além disso, tratava-se, disse, de uma questão do cumprimento da legalidade. -----

O Sr. deputado José Domingos referiu que, apesar dos constrangimentos financeiros, a Câmara Municipal estava de parabéns, porque sem a transferência das verbas não era possível manter o funcionamento da Junta de Freguesia. -----

Submetido a votação, foi este documento aprovado por unanimidade. -----

Entrando no ponto Quatro/Cinco – Apreciação do relatório de Avaliação de 2021 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição – não se registou qualquer intervenção, pelo que se passou ao ponto Quatro/Seis - Ratificação de Protocolos. -----

Intervindo, o Sr. deputado Joaquim Aureliano Oliveira referiu existir diferença entre o valor do protocolo e o montante registado no Base Gov, assinalando que consta na descrição do objeto do contrato a requalificação de ruas a betuminoso, designadamente a Travessa da Guarda (parte), a Rua da Relva (parte) e a Travessa da Divina Providência. Sublinhou que existe um erro no documento, dado que não se trata da Travessa da Guarda (parte), mas sim Rua da Guarda (parte). -----

O Sr. deputado Maurício Santos usou da palavra para referir que não achou necessária uma tenda para eleições, nem ar condicionado na tenda porque não surtiu qualquer efeito, pelo que houve desperdício de energia. Neste momento a pandemia já estava num patamar diferente do ano 2021. -----

O Sr. deputado José Domingos manifestou-se no sentido de se congratular com a celebração dos protocolos, pois, deste modo, o executivo conseguiu captar investimento

para a freguesia. Quanto à tenda, concordou com a sua colocação, porque ainda se estava num período pandémico. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que a diferença de valores assinalada pelo Sr. deputado Joaquim Aureliano, deve-se ao facto de nos protocolos estarem com taxa de IVA em vigor, e na publicação base Gov. vir sem taxa de IVA. O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias assumiu que existiu um lapso na publicação do contrato. -----

Quanto à tenda, o executivo teve em conta o período pandémico em que o país se encontrava e as orientações emitidas pela DGS. A Junta recebeu indicações para reduzir o número de eleitores por sala, daí a necessidade de instalação da tenda para manter os distanciamentos impostos. -----

Terminadas as intervenções, procedeu-se à votação da ratificação dos protocolos:

Contrato Interadministrativo – Obras de Manutenção da Rua das Cruzes – Aprovado por unanimidade. -----

Contrato Interadministrativo – Obras de Manutenção da Rua da Guarda e Rua da Relva – Aprovado por unanimidade. -----

Acordo de Colaboração – Apoio para aluguer de tenda – Aprovado com nove votos a favor do Partido Socialista e do Centro Democrático Social, e quatro abstenções do Partido Social Democrata. -----

Ponto Quatro/Sete – Autorizar a alienação de terrenos – artigos 2920; 2927; 2904 O Sr. Presidente da Junta começou por contextualizar a deliberação do executivo quanto à venda dos terrenos, informando que a Câmara Municipal questionou a Junta sobre a existência de terrenos para construção destinada a rendas acessíveis e 1º direito. Como a Junta de Freguesia possuía estes terrenos, solicitou a sua avaliação e deliberou proceder à respetiva venda, mesmo sem saber se haveria construtores interessados. -----

O Sr. deputado Joaquim Aureliano Oliveira questionou sobre a destino das construções, se eram mesmo para rendas acessíveis e 1º direito e se as áreas dos terrenos estavam corretas.

O Sr. deputado Maurício Santos interveio dizendo que a situação poderia ser má devido à proximidade de uma comunidade de etnia cigana. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que, efetivamente, as construções se destinavam a rendas acessíveis e 1º direito e que a comunidade cigana não iria sair daquele local. A autoestrada tão próxima também poderia ser uma condicionante, porque implicaria a perda de uma parte do terreno. Mas como a Camara Municipal solicitou o empenho das Juntas de

Freguesia para esta situação, o executivo não só propôs a venda dos terrenos como também indicou particulares interessados na venda de outros terrenos. A ideia seria ajudar os residentes em Grijó e Sermonde no sentido de ser mais fácil a atribuição de casa. -----

Na sequência, o Sr. deputado Jorge Castro questionou se isto não seria uma cedência à Câmara Municipal para depois a mesma promover a construção e vender ao privado. Se assim for, deveria ficar salvaguardada a condição de construção destinada a rendas acessíveis e 1º direito. Caso contrário poderia ser uma situação idêntica à da Quinta Amarela. -----

O Sr. Presidente da Junta informou que esta situação não se comparava com a Quinta Amarela. A cedência iria dar muita confusão porque o terreno era da Junta e a construção da Câmara, estando fora de hipótese essa situação. Perante as intervenções efetuadas, o Sr. Presidente da Junta comprometeu-se a incluir nos Avisos de venda uma cláusula de obrigação relativamente ao fim a que se destinavam as construções. Ficaria registado que as construções se destinavam a rendas acessíveis e 1º direito. Após a retificação nos Avisos seria entregue ao representante partidário um exemplar dos Avisos a publicar. -----

Terminada a discussão deste ponto, com a retificação sugerida pelo Partido Social democrata, a proposta de alienação de terrenos foi aprovada com nove votos a favor do Partido Socialista e do Centro Democrático Social e quatro abstenções do Partido Social Democrata. -----

Em declaração de voto, o Sr. deputado Jorge Castro disse que o seu voto está relacionado a finalidade das construções, desde que sejam destinadas a rendas acessíveis e 1º direito. ----

Chegados ao último ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Junta salientou alguns pontos que considerou mais relevantes no desenvolvimento da atividade da Junta de Freguesia, como o número de transportes realizados no âmbito do projeto MOB+, a celebração de protocolo para encaminhamento e tratamento de saúde oral, o Kit Bebé e massagem infantil. Referiu novos projetos: “Via Mais Saúde”, destinado a pessoas com mobilidade e que, independentemente da condição financeira, necessitem de deslocações por condições de saúde, e o projeto “Via Mais Mobilidade”, para pessoas com mobilidade, mas que necessitem de se deslocar por motivos que não sejam de saúde. Salientou a requalificação de diversos arruamentos e informou que a sentença do processo que estava em Tribunal, com o Sr. Carlos Fernandes, foi favorável à Junta de Freguesia. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GRIJÓ E SERMONDE

29 de abril de 2022

Aqui chegados, a Sr.^a Presidente da Assembleia, em exercício, solicitou que fosse lida a minuta da ata da presente reunião que, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eram vinte e duas horas e vinte e sete minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Assembleia, em exercício, e pela 1.^a secretária. -----

A Presidente da Assembleia, em Exercício


Cristina Oliveira Gomes

A 1.^a Secretária, em Exercício


Joana Alexandra de Sousa e Silva